MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA: BREVE BALANÇO BIBLIOGRÁFICO; NOVOS DESAFIOS TEÓRICOS¹

Alex Fiúza de Mello²

RESUMO - Entre vários estudos já publicados sobre populações pesqueiras no Brasil e na Amazônia, pouco foi dedicado à análise dos movimentos sociais neste âmbito. Um breve levantamento estabelece tais limites e propõe novos desafios teóricos para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca, Movimentos sociais, Política, Meio ambiente.

ABSTRACT - Among the studies already published about fishery societies in Brazil and Amazon, little has been dedicated to analysis of social movements in this context. This concise bibliographic survey aims to indicate the limits of these studies and to suggest new theoretical challenges to the future.

KEY WORDS: Fishing, Social movements, Politics, Environment.

O TEMA E A BIBLIOGRAFIA: CONTORNOS E LIMITES

Se a grande maioria das inúmeras pesquisas conduzidas nos últimos decênios a respeito das sociedades pesqueiras concentram-se na compreensão das diversas formas de organização social e econômica dessas populações e nos impactos sociais e ecológicos causados pela penetração das relações de

¹ O objetivo deste artigo, menos que esgotar comentário crítico sobre farto e rico material bibliográfico já escrito sobre a questão social pesqueira no Brasil e na Amazônia, visa, a partir de um breve e limitado balanço dessa bibliografia, estabelecer os contornos teóricos já alcançados a respeito do estudo sobre o tema "movimentos sociais na pesca"- aqui entendido, lato sensu, como formas organizadas de lutas coletivamente articuladas pela categoria dos pescadores artesanais - e propor alguns desafios teóricos para pesquisas futuras.

² Universidade Federal do Pará. Deptº de Ciência Política. Professor Ajunto. Campus Universitário, Av. Augusto Corrêa, s/n. CEP 66073-040, Belém-PA.

mercado no âmbito desse setor produtivo, pouco ou quase nada foi abordado até hoje relativamente às formas de lutas que os pescadores, na condição de *trabalhadores das águas* que são, têm articulado como reação a um quadro de significativas adversidades, extremamente conflituoso envolvendo perdas consideráveis que vão desde a posse de áreas tradicionais de pesca até a concorrência de métodos mais modernos de apresamento e monopolização do mercado por comerciantes *não-pescadores* que se instalam no ramo.

O fato é que tal questão não tem sido objeto central de interesse das pesquisas acadêmicas levadas a termo até agora, as quais têm priorizado uma compreensão mais voltada às formas de organização da produção pesqueira (suas relações de produção, processo de trabalho, padrões tecnológicos, inserção no mercado, etc.), etnologia da cultura (concepções de tempo e espaço no interior do mundo da pesca, crenças e costumes, divisão sexual do trabalho, tabus alimentares, etc.) e estudos de impacto ambiental. Desse modo, nos trabalhos pioneiros que se situam entre as décadas de 40 e 70 (como por exemplo Carvalho (1943); Ott (1944); Bernardes (1958); Kottak (1966); Vieira (1966); Lago & Gouveia (1968); Mourão (1967, 1971); Forman (1970); Chanc (1973); Tavares (1975); Duarte (1978); Araújo (1979) e Beck (1979), até os mais recentes (estes na maioria dos casos resultam de teses de mestrado ou doutorado) realizados na década de 80 como Lessa (1980); Mitchel (1981); Diègues (1983); Penner (1984); Loureiro (1985); Maldonado (1986); Cunha (1987); Furtado (1987) e Silva (1988) - dentre os quais se destaca o de Diègues (1983) pelo esforço de síntese e generalizações históricas e conceituais - percebe-se a predominância das temáticas referidas. Dentre as raras exceções, merecem destaque o trabalho de Callou (1986) sobre movimentos sociais de pescadores em Pernambuco entre 1920 e 1983 e de Silva (1988), que tenta resgatar historiograficamente a participação de pescadores nos movimentos políticos havidos no Brasil entre o período colonial e o II Reinado.

Enquanto o objeto das narrativas de Callou se volta às manifestações localizadas dos pescadores de Pernambuco desde a República Velha até o início dos anos 80, Silva (1988) tem por preocupação central resgatar aquilo que denomina "participação dos pescadores no processo de constituição da sociedade brasileira", destacadamente seu envolvimento em movimentos políticos mais amplos, tal qual a "Guerra do Açúcar" (meados do século XVII, no Nordeste), a "Guerra de Independência na Bahia" (1822/23), a "Cabanagem",

no Pará (1835/36), o processo de abolição dos escravos no Ceará (1981/84), bem como em outras manifestações sociais, episódicas ou dotadas de certa institucionalidade. Transitando entre informações a respeito das formas básicas de existência da atividade pesqueira durante a fase da economia escravista-colonial, a constituição dos primeiros povoados litorâneos e ribeirinhos que originaram as primeiras aldeias de pescadores (provenientes, segundo o autor, de grupos indígenas desagregados, negros forros ou fugidos e mulatos) e sua participação nos movimentos políticos da sociedade civil no período, fornece dados valiosos sobre como esta atividade econômica, desde pelo menos o século XVIII, foi alvo de um forte controle por parte do Estado brasileiro, seja mediante a cobrança do “dízimo do pescado” (por ordem régia de 23/08/1727, sob alçada da Provedoria da Fazenda Real, repassada a administração direta às Câmaras das Vilas), seja por meio do “alistamento obrigatório” dos pescadores junto à Capitania dos Portos e Costas e Distritos de Pesca (órgãos de controle criados em 1846) de acordo com o art. 68 do Decreto no 447, de 1855. A estrutura atual de Colônias de Pesca, contudo, só vem abordada pelo autor em trabalho publicado em 1989, ao qual será feita referência mais à frente.

Afora essas contribuições, apenas rápidas passagens ou breves referências em artigos científicos centrados em outros “cortes” de enfoque têm topicamente tocado a questão.

Costa (1989), por exemplo, tangencia as relações contraditórias - reconhecidas por outros autores - entre pescadores e Colônias de Pesca no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando as principais acusações que aqueles trabalhadores dirigem ao seu órgão oficial de representação; ficam em evidência problemas do tipo: falta de infra-estrutura de assistência-social, corrupção, ausência de fiscalização e controle ambiental das águas, burocracia, domínio do órgão por indivíduos não-pescadores (armadores, industriais, “políticos”), falta de apoio financeiro por parte do Governo - questões essas que já se transformaram em senso-comum para aqueles que lidam, de alguma forma, com o universo desses grupos sociais. Mourão (1980), ao sintetizar o conteúdo contido em sua tese de doutoramento (1971) sobre os pescadores de Santos e Paranaguá (SP), inclui entre vários itens de interesse o que chama de “comportamento político dos pescadores nas esferas municipal, estadual e federal”, significando isso, porém, não tanto um estudo sistemático da ação política da categoria frente aos desafios da construção de uma organização

representativa de classe, quanto aos seus movimentos junto a entidades públicas e privadas (notadamente o setor bancário) em busca de opções de acesso ao sistema de créditos.

Os principais estudos realizados sobre a *pescaria na Amazônia* nos anos 80 oferecem alguns registros e observações a respeito de reações dos pescadores às condições de perdas e exploração a que são submetidos. Tais reações às situações de conflito, contudo, transparecem quase sempre sob a forma de “queixas” e “denúncias” da categoria, ora encaminhadas à direção da Colônia de Pesca ou órgãos governamentais, ora à conjuntura econômica em geral; críticas à política creditícia, ao controle e fiscalização ambiental, ao aviltamento do preço de venda do pescado, à concorrência da captura intensiva, à monopolização do mercado de peixe, à privatização de zonas de pesca, à omissão ou corrupção de dirigentes das Colônias, dão a tônica dos discursos.

Além do registro de tais ocorrências, pouco se conhece sobre iniciativas que vêm sendo tomadas por lideranças no seio da categoria, estratégias e movimentos alternativos de luta, níveis de conscientização política, ações concretas de estruturação organizativa dos pescadores como forma de reação ao contexto adverso. Tal lacuna impede que se obtenha uma visão mais completa e necessariamente complexa do jogo das contradições que se processa nesse meio social, seus contornos e possibilidades políticas presentes e futuras. Mais ainda, tende-se a consagrar, involuntariamente, a figura do pescador como simples objeto da exploração do capital, sem muitos atributos enquanto sujeito (que também é) do próprio processo.

Penner (1984), por exemplo, refere-se à subordinação dos pescadores da Vigia (município do Salgado, PA) ao “patrão” (empresário-proprietário dos meios de produção pesqueira) como “regime de semi-escravidão”, do qual aqueles se lamentam e demonstram “completa insatisfação”. A “marginalidade” do pescador seria obra da extorsão capitalista, imposta de “cima para baixo”, mediante uma conjunção de articulações que vão desde o controle da Colônia de Pesca por comerciantes até a burla sobre a legislação e falta de assistência por parte dos órgãos governamentais; sem “ajuda”, o pescador artesanal “continua a ser cada vez mais explorado” - afora isso, não há nenhuma citação sobre outros tipos de reivindicações além das reclamações. Não há também em Loureiro (1985) qualquer destaque a formas de resistência/afirmação daqueles a quem chama “parceiros do mar” perante o quadro de “pilhagem da natureza”

e “conflitos de classe” decorrentes da penetração das relações capitalistas no âmbito da economia pesqueira vigente; da mesma forma que nas versões de Furtado (1987) e Maneschy (1989) sobre os conflitos entre pequena produção pesqueira de subsistência e pesca empresarial, respectivamente nos municípios de Marudá e Bragança (Pará).

As observações mais interessantes, ainda que abordem a questão de maneira muito sintética e restrita, são inferências normalmente formuladas sobre a análise de conflitos sociais existentes em áreas de pesca, fornecendo informações e pistas importantes para um primeiro mapeamento do quadro político em relevo.

Nesse sentido, uma das raras contribuições que merecem realce é a de Hartmann (1989) que identifica correlações entre certos tipos de reivindicações e tipos de conflitos na pesca. Investigando inúmeras localidades situadas às margens de rios e lagos no interior dos estados do Amazonas (Balbina, Barreirinha, Itacotiara, Itupiranga, Parintins, Silves, Uruçarã, Urucurituba) e Pará (Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Itaituba, Porto de Móz, Prainha, Santarém), enumera várias causas de conflito - desde o uso de equipamentos predatórios até a luta pela posse das várzeas - que resultam no surgimento, nesses municípios, de reivindicações muito específicas por parte das comunidades pesqueiras, tais como: proibição de utilização de instrumentos de captura predatórios, limitação à atuação de “geleiras”, demarcação de períodos próprios à atividade pesqueira em respeito à sazonalidade das espécies ictiológicas e respectiva fiscalização; proibição à pesca “profissional” (com fins preponderantemente comerciais). Além disso, o autor enumera algumas das iniciativas já concretizadas por essas comunidades pesqueiras, o que reflete um certo nível de organização. Cita por exemplo:

“O esforço de pescadores da região do Médio Amazonas paraense, que, num encontro realizado na cidade de Óbidos/PA, em novembro de 1984, reivindicaram condições e dispositivos legais, que permitissem às comunidades pesqueiras uma atuação visando à conservação dos recursos pesqueiros disponíveis e seu aproveitamento racional (MPEG 1984);

A iniciativa de entidades concernentes à pesca que, por ocasião do “3º Encontro Intermunicipal” realizado em Tefé/AM, em maio de 1989, elaboraram uma proposta detalhada visando à

criação de Comissões Municipais de Pesca, bem como Comissões Regionais (intermunicipais) de Pesca, nos municípios do Médio Solimões, com competências de:

- (...) elaborar normas legais para a pesca (...) no âmbito da jurisdição e de suas peculiaridades regionais, cuja vigência seja a partir da homologação da SUDEPE;

- fiscalizar o cumprimento das leis e disposições concernentes às atividades pesqueiras;

- promover a conscientização do povo no que se refere à preservação ictiológica e à pesca (...) "3º Encontro Intermunicipal", 1988;

A reivindicação dos pescadores da região do Mocambo, município de Parintins/AM, no sentido de que seja homologado, pelas entidades governamentais concernentes, o documento "Instrumento Particular de Acordo para Regularização da Pesca", visando:

- à administração racional de recursos pesqueiros em onze lagos da região, em base de experiências feitas pelas comunidades locais, bem como

- ao credenciamento de representantes das comunidades locais para o controle e a fiscalização das medidas a serem adotadas (Coordenação das Comunidades da Região do Mocambo, 1988)".

Furtado (1988) entende que um dos conflitos presentes no mundo da pesca, ainda que o considere "velado", é o que se estabelece entre pescadores e lideranças oficiais da pesca, notadamente os representantes de *Colônias* e da *Federação de Colônias*, órgãos esses que a autora interpreta como instrumentos de ação do Estado. Ao lado das formas de reivindicações e outras iniciativas de articulações vislumbradas por Hartmann, sem dúvida a problemática da estrutura das *Colônias de Pesca* é um dos focos que ainda precisam ser destrinchados mediante uma análise teórica mais apurada. Tanto que, em aparente contradição, Furtado (1988:71), que num primeiro momento classifica as *Colônias* como sendo verdadeiros "aparelhos do Estado" - instrumentos de ação das políticas oficiais para a pesca em seus vários níveis - mais à frente cobra "(a) ausência de um espírito de corpo na própria

associação dos Pescadores (aqui entendida como Colônia)... fator contributivo para essas questões (conflitos) perdurarem na região... um certo divórcio entre dirigentes e associados que inviabiliza a análise de documentos que são feitos para as questões da pesca... Portaria, Estatutos dos Pescadores e outras Resoluções que emanam de instâncias superiores como, Federação dos Pescadores do Pará e SUDEPE (hoje IBAMA), são desconhecidos pela maioria dos associados... ficam engavetados (na Colônia) sem qualquer discussão em grupos e/ou assembleias gerais". O estudo das Colônias, das intrincadas relações entre pescadores, dirigentes oficiais de classe, poder político local e interesses no interior dos órgãos estatais, não se constitui, contudo, objeto central de análise da autora, senão sub-item de capítulo no contexto de uma obra mais vasta de etnologia da organização social e econômica dos pescadores ribeirinhos de Óbidos (PA) - daí as simples observações, deixadas como pistas para um exame futuro mais concentrado.

Pistas também são fornecidas por Castro (1992) quando se debruça sobre a luta pelo espaço de trabalho que pequenos produtores (incluídos os pescadores) promovem na região de Tucuruí, Pará, após a construção da hidrelétrica.

Tal qual Hartmann e Furtado, as referências sobre formas de luta são bastante gerais e limitadas, o que não impede perceber que reações bastante concretas - e por vezes eficazes - dos trabalhadores da pesca estão ocorrendo na Amazônia. Diz a autora:

"Há uma lição inequívoca do movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí. Eles propuseram demandas específicas - como sujeitos sociais em busca de cidadania. Eles desenvolveram práticas políticas que afastaram o domínio do Estado em seu espaço privado. Eles inauguram, nessa região, um outro fazer política. Eles forçaram a Eletronorte a sair do silêncio, a construir também outras práticas de lutas, a refazer suas estratégias. Eles desenvolveram práticas próprias de resistência e recusa antes não desenvolvidas pelo movimento camponês na região - como as ações diretamente dirigidas ao Estado - politizando aquilo que antes parecia não ser domínio do político". (Castro 1989).

O que, no meu entender, representa uma contribuição significativa de Castro é quando reconhece - sem aprofundar a análise - que a fragilidade política dos pescadores tem a ver com a própria heterogeneidade desses interesses e das diferenciações internas no meio da categoria. Neste sentido,

o envolvimento das Colônias de Pescadores com as instâncias do poder local - diferentemente da trajetória recente dos combativos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - não se daria apenas pelo fato desses órgãos serem originariamente “braços” do Estado, mas também por essa ausência de identidade maior entre os vários tipos de pescadores, o que tornaria as Colônias “bastante vulneráveis diante de uma negociação ou de um confronto aberto” (Castro 1992:201).

Hipóteses e pistas de trabalho estão colocadas; resta avançar os limites do conhecimento na direção dos horizontes indicados, suprimindo lacunas importantes que ainda perduram dentro daquilo que Diêgues (1988) classificou como “quinta linha” de pesquisa sobre formas de organização da produção pesqueira no Brasil, a saber, a “participação dos pescadores na sociedade global, ao papel exercido pelo Estado na acumulação de capital, na circulação da produção e na própria organização dos pescadores, através de instituições como sindicatos, colônias de pescadores, etc.” (Diêgues 1988:34).

Sob este aspecto, gostaria de canalizar rapidamente as atenções para a história da formação das Colônias de Pesca, para as modificações que ocorreram em suas estruturas de representação e poder com o fim do regime militar e a abertura política, bem como os desafios que hoje se colocam na sua relação com o Estado (IBAMA, Governos locais) em vistas da definição de políticas públicas para o setor.

DAS COLÔNIAS ÀS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Criadas a partir de 1919 por interesse da Marinha de Guerra do Brasil, as Colônias de Pesca deveriam cumprir dois objetivos principais: a) a utilização militar dos pescadores e suas embarcações no controle da costa brasileira e rios interiores (tal qual se sucedia em outros países, como a Inglaterra) e, b) seu aproveitamento enquanto trabalhadores livres em empreendimentos de interesse do capital urbano-industrial que, sobretudo a partir dos anos 20/30, despontava como fração hegemônica da burguesia nacional. Segundo o historiador Silva (1989:144), as Colônias “tinham o papel civilizador de transformar os hábitos tradicionais dos pescadores (técnicas de pesca indígenas, “atrasadas”; vinculação com agricultura, festas populares

tradicionais; uniões matrimoniais não regulamentadas; etc.), tornando-os aptos para servirem às empresas nascentes... os pescadores deveriam criar hábitos típicos de trabalhadores urbanos: disciplina, asseio, higiene”. O fato é que as décadas seguintes viram surgir ao longo de todo o território nacional centenas de Colônias, organizadas estadualmente sob forma de federações e, nacionalmente, coordenadas por uma Confederação, as quais tradicionalmente estiveram sob tutela do Estado (via Ministério da Marinha e/ou Agricultura, em articulação com as elites locais), que nomeava interventores para os cargos de direção, com poderes de homologar ou não as chapas concorrentes às eleições para dirigentes nas unidades básicas (conforme o Estatuto das Colônias de Pesca, de 1950).

No Pará, a Federação esteve por mais de 20 anos (até o início dos anos 80) sob o mando de um militar-interventor, Ten. Rocha, responsável pela gestão de todo o sistema no Estado, em articulação com a antiga Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e demais forças políticas das oligarquias locais. Tal exemplo indica, de forma emblemática, uma das linhas da investigação que necessita ser perseguida, em vista do destrinchamento dessa estrutura de poder que sem dúvida alguma é fator causal preponderante à explicação de como essas organizações tradicionais de representação dos pescadores foram e são (ainda hoje, na grande maioria dos casos) incapazes de mobilizar um tipo de movimento de caráter sindical ou político autônomo.

Com a abertura política, fim do regime militar e rearticulação do movimento sindical em todo o país, por influência das principais lideranças do sindicalismo rural no Pará e apoio de entidades ligadas sobretudo à Igreja (como Comissão Pastoral da Terra, FASE e a criada Comissão Pastoral Pesqueira, esta no início dos anos 80), algumas tentativas de reversão desse quadro foram tentadas na região, a começar pelas eleições de 1982, em Santarém (PA), que conduziram pela primeira vez na história do país, à direção de uma Colônia, pescadores desvinculados do esquema de poder até então ali dominante. A partir daí, e particularmente em função destes movimentos de base da sociedade civil que surgiram no Brasil em meados dos anos oitenta em função da Constituinte, articula-se com o apoio da Comissão Pastoral Pesqueira Nacional/CNBB (e suas ramificações regionais), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Partido dos Trabalhadores e outras lideranças político-partidárias, o chamado Movimento pela Constituinte da Pesca, cujo objetivo visava

convocar todos os pescadores do país para a discussão e elaboração dos novos princípios regulamentadores para as Colônias de Pesca, a serem defendidos junto aos parlamentares constituintes. Como resultado, a Carta de 88 (Art. 8º), reconheceu à categoria direito à livre organização, autonomia e não interferência do poder público na organização sindical, havendo hoje vários projetos de lei regulamentar em tramitação no Congresso Nacional. O Movimento pela Constituinte da Pesca, ao mesmo tempo, foi instrumento fundamental ao fomento de um novo tipo de organização de base, pois viabilizou maior aproximação e contatos entre pescadores das mais diferentes localidades e regiões que nunca haviam se encontrado anteriormente para debater problemas comuns, avaliar estratégias de luta pela afirmação de interesses próprios de categoria e definir projetos conjuntos. Como resultado da articulação, encerrada a fase do "lobbismo constitucional", cria-se em 1988 o MONAPE, Movimento Nacional dos Pescadores, com personalidade jurídica própria, que passa a coordenar um amplo movimento político em todo o país com um objetivo primordial: transformar as Colônias de Pesca em associações legítimas de representação da categoria enquanto órgãos de perfil sindical autônomo.

É nessa oportunidade que irá se aprofundar um debate no seio das lideranças que até hoje perdura: conquistar a direção das Colônias ou criar-se sindicatos autônomos, paralelamente à estrutura das Colônias. Segundo os pescadores, ambas as possibilidades apresentariam vantagens e desvantagens. No primeiro caso, aproveitar-se-ia um sistema já organizado e implantado em todo o território nacional há mais de meio século, detentor, inclusive, de patrimônio físico considerável, mudando-se apenas a configuração sócio-política; contudo, estando a grande maioria das Colônias sob controle de empresários e/ou pessoas ligadas a interesses políticos instalados no interior do poder público, exigiria do Movimento grandes esforços para viabilizar eleitoralmente representantes próprios através de embates condicionados por esquemas jurídico-políticos viciados. No segundo caso, sem o desgaste da disputa eleitoral (quase sempre em condições adversas), poderia levar muito tempo para se montar uma rede de poder alternativa em todo o país, além dos custos financeiros inerentes. É no bojo dessa tensão que o Movimento vem buscando interagir com as inúmeras comunidades pesqueiras ao longo desses poucos anos. Vários Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais já foram realizados desde 1987, tendo em 1991 o V Encontro definido a estrutura interna e organização do Movimento.

Toda essa história de luta ainda está por ser estudada de forma sistemática. À parte um artigo de Leroy (1988), dedicado à contextualização da luta dos pescadores de Santarém, pela conquista da Colônia Z-20, em 1982 (já referida), não se tem conhecimento de contribuições com fundamentação sociológica que dêem conta dessa trajetória de luta, seu contexto histórico-político, problemas e desafios inerentes e especificidades próprias. O caso do Pará, também sob este ângulo, traduz-se num laboratório privilegiado de investigação. Seja porque - conforme depoimentos prestados pela Coordenação Nacional do MONAPE - foi um dos primeiros estados no Brasil a vivenciar uma experiência de conquista política de uma Colônia de Pesca a partir de uma mobilização de base da categoria, seja porque apresenta hoje um nível de organização comparativamente bastante avançado, tendo o Movimento conquistado até 1993, 13 das 50 colônias existentes no estado - 504 em todo o país.

NOVOS DESAFIOS POLÍTICOS: PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA

A transformação das entidades diretamente controladas pelo sistema confederado de Colônias em organizações efetivamente representativas dos interesses dos trabalhadores, num momento em que o processo ainda se desenrola de forma extremamente complexa e contraditória, com interferências de instituições externas (como a Igreja, os partidos políticos, etc.), está por merecer uma maior análise. A título de reflexão preliminar, mais como indicativo das fronteiras das preocupações teóricas aqui registradas e menos como convicção assentada em estudos devidamente fundamentados, sugiro que o “olhar monográfico” sobre a questão, a partir do movimento dos pescadores, possa fornecer elementos empíricos para adentrar numa polêmica mais complexa a respeito das possibilidades de institucionalização de organizações populares em zonas de pobreza, capazes de interagir com os segmentos sociais dominantes e as estruturas político-estatais locais, afirmando interesses articulados de classe (ou comunitários, num sentido mais geral), interferindo e participando na gestão de políticas públicas e garantindo melhores padrões de qualidade de vida. E certamente o universo das comunidades pesqueiras e a experiência das Colônias apresenta-se como “laboratório privilegiado” para essa temática.

Dito de outra maneira: caberia captar as possibilidades (no sentido dialético) de surgimento e constituição de organizações populares que apresentem materialidade própria, aquilo que Gramsci denominava de

“Aparelhos Privados de Hegemonia”, capazes de coordenar (dirigir) ações políticas efetivas de forma coletiva, voluntária e relativamente autônoma em face do Estado (aqui entendido como “sociedade política” ou Estado no sentido estrito dos aparelhos de administração burocrático-coercitiva). A efetivação ou não desse fenômeno representaria assim, em tese, como que um “termômetro” que balizaria as potencialidades do movimento social real na luta pela afirmação dos direitos de cidadania. Ou seja, só haveria possibilidade de ruptura com a cultura política patrimonial/clientelista/autoritária dominante, isto é, com a tradicional hegemonia dos donos-do-poder (a nível local ou não) - seja esse poder exercido diretamente pelos proprietários dos meios de produção ou pelos técnicos, políticos governantes representantes do Estado - quando a vontade política dos subjugados puder se materializar em organizações (privadas) autônomas e indicar, assim, estratégias de luta capazes de mobilizar e dirigir uma parcela cada vez maior da sociedade (incluindo-se aqui a formação de opinião pública), com reflexos inclusive na formulação e execução das políticas. Se tal pressuposto pode, do ponto de vista lógico, ser considerado num nível de abstração mais geral, cabe apreender as diferenças específicas dos processos concretos que estão se dando em contextos históricos particulares, para que se retorne às generalizações com os enriquecimentos necessários, inclusive permitindo comparações com outros estudos realizados sobre o tema, em outras regiões do país e/ou diferentes universos sociais. A base e forma das estruturas das Colônias de Pesca são, ainda hoje, herdadas da experiência passada, quando se constituíam em verdadeiros “aparelhos do Estado” (no sentido althusseriano). No seu interior, mantêm-se ainda as contradições inerentes ao jogo político do poder local, com articulações múltiplas que vão desde os interesses de monopolização de mercados até as disputas eleitorais. O desvelamento dessa realidade mediante a apreensão dos elementos específicos que compõem o cenário da história concreta dessas populações torna-se fundamental para uma teorização que tenha por finalidade contribuir ao enfrentamento dos problemas objetivos e informar os atores sociais do processo.

Por fim, penso que um certo domínio sobre essas variáveis forneceria elementos novos e fundamentais a um enfrentamento teórico das questões que estão hoje colocadas no interior do debate contemporâneo sobre o que já se cunhou denominar de “desenvolvimento sustentável”. Aliás, em se tratando de

Amazônia, há que se pensar em contribuições que também surjam de observações provenientes da massa crítica formada na própria região, considerando-se que o tema é extremamente polêmico e possui conteúdo político conotativo de uma disputa mundial pela capacidade de direção ideológica dos processos econômico-políticos que se desenrolarão nesta virada de milênio. Sinteticamente, e apenas a título de taquigrafar esta outra possibilidade de desdobramento teórico sobre o tema, gostaria de completar o presente roteiro expositivo arguindo pontualmente tal problemática.

Desde pelo menos 1987, com a publicação pela ONU do Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ganhar notoriedade e a informar os conteúdos dos discursos políticos, governamentais, bem como estimular a busca de novos padrões tecnológicos a serem incorporados por projetos econômicos, com políticas de financiamento agora exigindo maior controle sobre os efeitos dos impactos ambientais dessas intervenções. Se a tentativa da criação de uma nova “ética” capaz de redirecionar a concepção dominante do que seja aceitável como “desenvolvimento” para a humanidade foi relativamente consagrada durante a reunião da ECO-92 no Rio de Janeiro, a amplitude e generalização do conceito deixa, por outro lado, uma margem considerável de dúvidas e incertezas por inúmeras vertentes interpretativas que de lá para cá já se propagam a respeito. Bertha Becker identifica pelo menos três ênfases nesse sentido:

“Para uns, o desenvolvimento sustentável implica em estratégias que conservem o ambiente e encorajem a participação das comunidades locais, sobretudo os pequenos produtores, através de esquemas de uso da terra. Mas essa proposta não pode ser generalizada para os países periféricos e nem mesmo para a Amazônia Brasileira. Ela contém um viés rural, enquanto os países amazônicos se urbanizaram, assim como suas amazônias”.

“Outra vertente do desenvolvimento sustentável (continua a autora) nega a adequação da opção agrícola: o desenvolvimento sustentável demanda que os estoques de capital natural sejam mantidos constantes para atender a objetivos de equidade intemporal, isto é, a gerações futuras. O desenvolvimento regional se sustentaria não pelo uso da terra, mas no uso de “bens de serviços” gerados pela floresta: clima, turismo, serviços para agricultura, medicina, indústria e ambientais, decorrentes da mera existência dos ecossistemas florestais. As nações ricas, para

quem o desflorestamento representa uma perda de bem-estar, deveriam pagar pelos benefícios externos obtidos da floresta através da aplicação de diversos mecanismos econômicos, assim promovendo o seu uso ótimo. Há, no entanto, no que se refere ao uso ótimo dos recursos da floresta, sólidos argumentos de que o extrativismo tem baixa sustentabilidade econômica e social.

*“Finalmente (conclui Becker), o eco-desenvolvimento se configura como um outro conceito propondo o uso da biomassa como fonte de desenvolvimento sustentável. Trata-se de substituição da floresta, sem queimada, por plantações racionais e do seu processamento local para obter vários tipos de produtos, sobretudo químicos e farmacêuticos com valor no mercado internacional. A concepção planetária e local dessa proposta parece excluir ou reduzir o papel do Estado e a tecnologia de ponta, exclusão discutível para os países periféricos. Ademais, as experiências de silvicultura, com **Fordlândia** e o **Projeto Jari**, têm demonstrado como a simplificação do ecossistema o torna extremamente vulnerável” (Becker 1993).*

Analisando tal definição de “desenvolvimento sustentável”, contida no já citado Relatório Bruntland (ONU, 1987) - segundo o qual desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas -, Diêgues (1992) irá identificar no fundamento *ecológico* um dos esteios-chave à elucidação desse conceito, considerando algumas condições, a saber:

- a) a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais;
- b) a preservação das diversidades genéticas e biológicas, entendidas como o número de espécies vegetais e animais que hoje compõem a vida;
- c) a utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas, ou seja, sua utilização produtiva sem prejuízo de sua reprodução no tempo.

Apoiando-se em autores como Redclif (1987), Robinson (1990) ou Chambers (1986), Diêgues vai concatenar um conjunto de críticas ao conceito (seja ao substantivo “desenvolvimento” quanto ao adjetivo “sustentado”), que irá desembocar na defesa de um novo conceito, o de “**sociedade sustentável**”, que, segundo o autor, focalizaria melhor os aspectos culturais e políticos da questão, afirmando uma espécie de “desnaturalização do conceito em prol da incorporação de uma dimensão mais social, não privilegiada na

concepção / Bruntland. A noção de “sociedade sustentável”, ao invés de centrar o enfoque no tema “desenvolvimento” - o qual permite um aparente consenso teórico para conteúdos manipuláveis segundo interesses do grupo social que o utiliza - criaria possibilidade de melhor definir padrões alternativos de produção e consumo, bem como de bem-estar segundo cada cultura, garantindo o respeito à autodeterminação de populações/comunidades tradicionalmente acostumadas a outros modos de vida, padrões culturais próprios e composição étnica específica - a noção de “desenvolvimento sustentável”, ao contrário, intrinsecamente auto-remeteria aos padrões culturais próprios das sociedades industrializadas.

De uma forma ou de outra, seja estabelecendo-se “contra-indicações” à noção de desenvolvimento sustentável, seja evidenciando-se o desacordo interpretativo sobre este conceito (hoje inegavelmente dominante), o fato é que tal polêmica revela a transição do debate sobre o assunto. A essa altura, assume para mim extremo interesse a observação de Becker (op. cit.) quando afirma que “o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação economia-ecologia nem a uma questão técnica. Representa um mecanismo de regulação do uso do território que, à semelhança de outros, tenta orientar a desordem global. E, como tal, é um **instrumento político** (grifo meu)”.

Nesse sentido, o significado histórico específico da introdução de novas tecnologias (e, portanto, modelos de produção econômica e de sociabilidade) implica a criação de novas estruturas de poder. E o aspecto da historicidade, no que tange aos casos concretos (estou pensando na Amazônia), tem que merecer o devido peso “ontológico”. Há que se concordar, como bem lembra Aragón (1991), “que políticas públicas e seu processo decisório, até agora, têm principalmente beneficiado interesses externos à região (amazônica), gerando, conseqüentemente, relações de colonialismo interno e externo”. Eis que a questão dos “modelos” de desenvolvimento regional retoma novos rumos e cria novas expectativas e desafios.

Para Becker, o paradigma do modelo sustentável de desenvolvimento fundamentar-se-ia em três princípios básicos: “o princípio de uma nova racionalidade no uso dos recursos; o princípio da diversidade, isto é, o uso das potencialidades autóctones em recursos naturais e humanos, significando uma valorização seletiva das diferenças; o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas sobretudo em forma inovadora de planejamento e governo, gestão do território, entendida como um processo em que os esforços de desenvolvimento são baseados na parceria

construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, o **poder local como base do desenvolvimento** (grifo meu)”.

A questão passa a ser o que se entende por poder local! Sem esse esclarecimento, corre-se o risco de se importar automaticamente um modelo (consubstanciado em projetos, ações, etc.), gerido segundo interesses exclusivos de grupos exógenos (representados também a nível “local”), negligenciando-se as particularidades de culturas, saberes e recursos disponíveis nas comunidades. Se utilizássemos Robinson apud (Diègues 1992), consistiria em admitir que, “para existir uma sociedade sustentável é necessária sua sustentabilidade ambiental, social e **política** (grifo meu)”. A não consideração desse “detalhe” significa exclusão do direito de decidir. A “descentralização” sugerida nos documentos que tratam dos desafios da “sustentabilidade” não pode significar apenas a descentralização dos encargos para as sociedades, mas também das ações e das decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência histórica comprova que, nos países “em desenvolvimento”, foram os fortes vínculos culturais de populações tradicionais com esses ambientes (ecossistemas) que geraram um saber e um “modelo” preservacionista de exploração dos recursos naturais (Aragón 1991; Castro 1992). O que se percebe, quando se entra em contato com tais comunidades, é que, o que reivindicam ao Estado, hoje, é o acesso a serviços públicos (saneamento básico, água potável, posto de saúde com médico, educação, energia, etc.) e nunca novos padrões ou formas sociais de produção. Quando querem ter acesso ao crédito bancário visando à modernização de seus instrumentos de trabalho, significa que a lógica da concorrência mercantil já penetrou seus espaços de sustentação econômica e ameaça sua subsistência.

Como, porém, garantir o acesso dessas populações a certas conquistas da modernidade, superando-se condições relativas de pobreza, sem que se bloqueie as possibilidades de sua reprodução social, sua “autossustentabilidade”? Defendo, em princípio, que não há como políticas governamentais ou projetos privados respeitarem as especificidades do meio cultural a nível local, sem que

as populações locais estejam organizadas e contraponham, a partir de sua ótica, os interesses autóctones a serem considerados, enfrentando, assim, o jogo das contradições que inevitavelmente (pela expansão da sociedade mercantil e da lógica do lucro) se instalam no local, inclusive com intercessões dentro dos aparelhos de Estado, se for o caso.

Na Amazônia, os grupos que se sentiram nos últimos anos atingidos em sua identidade cultural pelos impactos dos projetos desenvolvimentistas, vêm tentando reagir com muita dificuldade, esboçando porém experiências que apontam, segundo Castro (1992), para uma “ascensão dos movimentos sociais que seguem uma trajetória, organizando, num primeiro momento, as bases de associações aparentemente de menor alcance, tais como associações em defesa da saúde, da educação, de abertura e conservação de estradas, de venda de produtos em feiras, etc..., reunidas sob a unidade comunitária, para depois avançar em outras esferas do espaço público, seja no âmbito sindical ou de formas organizativas abrigadas dentro ou fora dos partidos políticos”.

Resgatar a história de luta dos pescadores e compreender as possibilidades de reação e afirmação social, cultural e política que se inscrevem, hoje, nos movimentos articulados por tal categoria social, numa região como a Amazônia, permite ao mesmo tempo contribuir:

- a) ao enriquecimento dos debates que se desenrolam a nível nacional e internacional sobre a formação da sociedade civil em países do Terceiro Mundo;
- b) ao debate sobre Pobreza e Meio Ambiente, incluindo-se aqui a questão da “sustentabilidade”;
- c) ao debate sobre democracia/cidadania;
- d) ao debate sobre possibilidades de surgimento de novas formas de gestão de políticas públicas (mais participativas) e municipalização.

Ademais, estou convencido de que o desafio dos pescadores é o desafio da conquista dos direitos de cidadania em nosso país, portanto, ao direito de participar de um projeto político. Afinal, a privação desse direito é a própria negação da condição humana, como lembra Hanna Arendt.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÓN, L.E. et al. 1991. *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém, UNAMAZ/UFPA.
- ARAÚJO, P.C. 1979. *As relações de produção e a pesca empresarial em Santos; estudos de situações no entreposto de pesca de Santos*. São Paulo, FFLCH. Tese de mestrado.
- BECK, A. 1979. *Lavradores e pescadores; um estudo sobre trabalho acessório*. UFSC/ Ciências Sociais. Tese de mestrado.
- BECK, A. 1989. Lavradores e pescadores; uma contribuição à discussão do conceito de pescador artesanal. *Pesca artesanal: tradição e modernidade*. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 3. Anais. São Paulo, USP.
- BECKER, B.K. 1993. *O abc da Amazônia* (versão preliminar). Fórum da Amazônia, UFPA. mimeografado.
- BOTELHO, A.T. 1959. *Considerações sobre a industrialização do pescado na Amazônia*. Manaus, SPVEA.
- BRITO, R.C.C. et. al. 1975. *A pesca empresarial no Pará*. Belém, IDESP (Série Monografias, 20).
- BRITO, R.C. 1992. Comunidades litorâneas na Amazônia e a gestão do espaço público. *Populações humanas, rios e mares da Amazônia*. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4. Anais. São Paulo, USP.
- CALLOU, A.B.F. 1986. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Porto Alegre, UFSC. Tese de mestrado.
- CASTRO, E.M.R. 1992. Pobreza, desenvolvimento e crise ecológica: organizações do campo como resposta. In: *COMUNIDADES rurais, conflitos agrários e pobreza*. Belém, UFPA.
- CASTRO, E.M.R. 1992. O disciplinamento no espaço de trabalho em Tucuruí. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.
- CHANC, L.G.M. 1973. *Trabalho e subsistência, Almofala; aspectos da tecnologia e das relações de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de mestrado.
- COSTA, R.N.L. 1989. Proposta para caracterização de Colônias de pesca: estudo de casos na baía de Guanabara. *Pesca artesanal: tradição e modernidade*. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 3. Anais. São Paulo, USP.
- CUNHA, L.H.O. 1987. *Entre o mar e a terra, tempo e espaço na pesca da lagoa*. São Paulo, PUC. Tese de mestrado.
- DIÈGUES, A.C.S. 1988. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil; alguns aspectos metodológicos. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2. Anais. São Paulo, USP.
- DIÈGUES, A.C.S. 1992. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis; crítica dos modelos aos novos paradigmas. *Rev. São Paulo Perspec.* São Paulo, 6:1-2.
- DIÈGUES, A.C.S. 1992. Populações humanas e as áreas inundáveis da Amazônia. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.

- DIÈGUES, A.C.S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática.
- DIÈGUES, A.C.S. 1989. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores no Brasil; por uma sócio-anthropologia do mar. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- DUARTE, L.F. 1978. *As redes do suor, a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba*. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de mestrado.
- FIÚZA DE MELLO, A. 1985. *A pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, UFPA.
- FORMAN, S. 1970. *The raft fisherman, tradition and change in the brazilien peasant economy*. Indiana University Press.
- FURTADO, L.G. & MANESCHY, M.C. 1992. Antropologia das sociedades marítimas, ribeirinhas e lacustres da Amazônia. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.
- FURTADO, L.G. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá; pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi.
- FURTADO, L.G. 1981. Fatores que incentivam a pesca artesanal. In: *Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antrop.* Belém (79).
- FURTADO, L.G. 1989. Notas preliminares sobre alguns aspectos conceituais para a análise da pesca no Baixo Amazonas. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- FURTADO, L.G. 1988. *Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 486p. (Coleção Eduardo Galvão).
- GORZ, A. et. al. 1976. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto, Escorpião.
- GUIMARÃES, E.M.M. 1988. Impacto da urbanização sobre comunidades pesqueiras artesanais no município de Maricá. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2. Anais. São Paulo, USP.
- HARTMANN, W.D. 1989. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- HARTMANN, W.D. 1992. Por uma co-administração de recursos pesqueiros em águas interiores da Amazônia. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.
- HOEFLE, S.W. 1989. A pesca de pequena escala no sudeste do Brasil; estratégias de capitalização frente à pesca empresarial e ao turismo o sul fluminense. In: *PESCA artesanal; tradição e modernidade*.
- HURLEY, J. 1933. *No domínio das águas; história da pesca no Pará*. Belém, Typographia Dom Macedo Costa.
- KOTTAK, C.P. 1966. *The structure of equality in a brazilian fishing community*. Columbia University.

- LAGO, P.F. & GOUVEIA, A. 1968. *As comunidades pesqueiras de Santa Catarina; condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, (Estudos Brasileiros 26).
- LESSA, M.S. 1980. *Pescadores e cidadãos; o caso de Itaipu*. SEMINÁRIO SOBRE PESCA ARTESANAL. Anais. Belém, INPA.
- LOUREIRO, V.R. 1985. *Os parceiros do mar*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi.
- LOUREIRO, V.R. 1988. Pilhagem da natureza e conflitos de classe. *Rev. Propos.*, 38. Rio de Janeiro.
- MALDONADO, S.C. 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática.
- MANESCHY, M.C. 1989. Organização social e fatores de ameaça a uma comunidade pesqueira do litoral paraense. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- MANESCHY, M.C. 1992. Pesquisa social e desenvolvimento no setor pesqueiro artesanal no Pará; reflexões a partir de uma experiência. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.
- MARTINS, P.R. 1989. Campesinato e pesca artesanal. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- MITCHEL, S. 1981. Stagnant peasant capitalism; the case of inshore fisherman in northeastern Brazil. In: MITCHEL, S. *The logic of povest: the case of the brazilian northeast, routhledge and keagan*. London.
- MOURÃO, F.A.A. *Pescadores do litoral sul do estado de São Paulo. Ciências Sociais e o Mar*.
- MOURÃO, F.A.A. 1971. *Pescadores do litoral sul do estado de São Paulo*. São Paulo, USP. Tese de doutorado.
- NOVAES, M.A.C. 1985. *A pesca no Brasil. Brasília*, SUDEPE. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval.
- ORLANDO, A.M. et. al. 1988. Aspectos da pesca do camarão da Lagoa dos Patos (RS). *Pesca artesanal: tradição e modernidade*. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2. Anais. São Paulo, USP.
- PENNER, M.E.S. 1984. *A dialética da atividade pesqueira no nordeste Amazônico*. Belém. UFPA.
- PEREIRA, V.M.C. 1979. *O coração da fábrica; estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro, Campus.
- PETREIRE JR., M. 1992. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia nas transformações sociais. In: *POPULAÇÕES humanas, rios e mares da Amazônia*. Belém, UFPA.
- RAMOS, E. et. al. 1977. *Subsídios para uma melhor definição do pescador artesanal no Brasil*. São Paulo, IOUSP.
- ROBBEN, A.C.G. M. 1982. Stratification, scale and ranking; social change in two brazilian fishing communities. *Ethnology*, 21(2): 125-135.

- RODRIGUES JR., G. et al. 1989. A evolução da atividade pesqueira na região estuarina da Lagoa dos Patos. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.
- RODRIGUES, J.A. 1981. *Crédito rural; alguns aspectos da sua aplicação no setor pesqueiro*. Brasília.
- SALES, R.J.R., 1988. Aspectos da pesca artesanal na região lagunar de Iguape-Cananéia. *Ciências Sociais e o Mar no Brasil*.
- SALES, T. 1992. *Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil*. Campinas. mimeografado.
- SANTOS, R. 1969. *A pesca no Pará*. Belém, IDESP. mimeografado.
- SILVA, E.V. 1989. A pesca no Estado do Rio de Janeiro; conservantismo e inovação. In: *PESCA artesanal: tradição e modernidade*.

Recebido em: 06.06.95
Aprovado em: 16.11.95